

## **Autoritarismo sem culpa:** o governo Bolsonaro e a extinção da educação

*Saulo Pinto Silva*<sup>1</sup>

“Aquele que, na guerra civil,  
não tomar partido será  
marcado de infâmia  
e perderá todo direito político.”  
Sólon, *Constituição de Atenas*

### 1. O impasse governamental como a contradição decisiva

A posição predominante hoje no pensamento crítico – ainda mais diante de uma certa preponderância de experiências governamentais à direita que vivemos em todo o mundo – é que estaríamos submetidos a um tipo de “estado de exceção” capaz de tornar as fronteiras entre despotismo e democracia invisíveis ou, na melhor das hipóteses, indistintas. Mas, e se estivermos errados? E se vivêssemos um choque do capitalismo oligárquico sem precedentes? O que o capitalismo do século 21 parece indicar como um sintoma é que as formas dominantes do capital global estão separadas – e estão geralmente contra – da política democrática, em que o povo seja sujeito da ação política ampla. É nesse sentido que temos que pensar a ascensão da nova direita radical. Talvez, pois, os governos Trump e Bolsonaro façam parte de uma mesma dinâmica global do “estado de extinção”, que combina a democracia em excesso – não sua forma mais oligárquica e mais antidemocrática possível – e o caos sistêmico como forma de governo.

Em o *18 de Brumário*, Marx já havia sentenciado a ambivalência subjacente às democracias propriamente burguesas, em que as classes dominantes intencionam a liquidação das instituições formais liberais que se chocam diretamente aos interesses da propriedade e dos negócios. No caso do Brasil, temos um tipo de circulação autoritária que forma uma espécie de capitalismo de compadrio dos trópicos. Um país forjado a ferro e fogo, que sequestrou e

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Economia da UFMA.

capitalizou corpos negros traficados, inscreveu como regra um tipo de relação social sustentada no desigualitarismo estrutural como síntese das relações sociais universais: em suma, temos uma tipologia de país cuja regra básica é a petrificação de um autoritarismo sem culpa que produz a perversão do crime e da lei, da desordem e da ordem, da pobreza e da felicidade. Aliás, todo autoritarismo sem culpa caracteriza a compulsão tropical para a despolitização do crime fundamental: desigualitarismo, violência e extermínio.

Da escravidão à ditadura, depois a instituição da República da propriedade e dos negócios. Temos um país sempre truncado por uma ideia de “ainda não”: “ainda não” era ditadura, “ainda não” era golpe, “ainda não” é extermínio, “ainda não” fomos derrotados. A estratégia ideológica do “ainda não” é justamente obliterar qualquer alternativa duradoura capaz de transgredir à polarização entre a direita oligárquica e a oposição autorizada. Só é possível pensar o impasse estrutural do governo Bolsonaro aqui. Em grande medida, trata-se de uma alternativa por “fora” do grande acordo nacional, pois Bolsonaro foi capaz de mobilizar o ressentimento, frustração e ódio populares através da manipulação dos afetos compartilhados, sem mediações mais diretas com as elites oligárquicas de sempre. Por isso sua dimensão ingovernável, inconsequente, obtusa. O lulismo não foi suficientemente radical, não foi capaz de democratizar substantivamente a riqueza, a propriedade, os lugares sociais exclusivos, de inventar uma própria linguagem política, pois o lulismo é, grosso modo, parte do pacto de governança do espólio. Não seria absurdo dizer que o lulismo significou a esperança truncada da consciência amena do povo brasileiro. Bolsonaro é, nesse sentido, a reificação da revolta, a frustração coletiva inescapável, o ódio à democracia do pacto por cima. Ele não representa simplesmente uma saída reacionária, mas ele é a saída reativa às esperanças truncadas produzidas por um país obscuro. Bolsonaro não pode ser traduzido como o problema decisivo, mas como parte do problema do qual é apenas sintoma, embora seja um mau sintoma.

Assim, Bolsonaro foi eleito com apoio de massas: uma liderança legitimada e eleita pelo povo, e constituinte de um tipo de poder governamental autoritário no qual aparece como tapa buraco provisório. Com efeito, Bolsonaro é pessoalmente estúpido, mas seu governo responde às frustrações e ressentimentos políticos inscritos nos antagonismos sociais. Logo, seu governo não é estúpido. Jacques Rancière insiste que “a inteligência coletiva produzida por um sistema de dominação nunca é mais do que a inteligência desse sistema”<sup>2</sup>. Falar em estupidez aqui significa moralizar a política e seus impasses próprios, personalizando a ideologia e despolitizando o sistema de dominação. Temos que politizar a moralidade. O que podemos mobilizar aqui, como feito por György Lukács e Herbert Marcuse, é que a irracionalidade tornou-se uma forma dominante de racionalidade, mas como razão da dominação oligárquica, isto é, a razão da exploração, dominação, humilhação e repressão. Assim, temos que enfrentar o governo Bolsonaro pelo que ele de fato é, ou melhor, pelo que ele intenta ocultar – o desigualitarismo escandaloso – e o que ele objetiva bloquear – toda a energia política excessiva à esquerda por “fora” daquilo que é autorizado. Para pensar os antagonismos do governo Bolsonaro diante da educação significa tomar o significado da democratização truncada da educação – feita pelo lulismo a seu modo conservador – pelo seu reverso: repressão política e desaparecimento simbólico daqueles que não têm parte e que não podem aparecer.

## 2. O governo Bolsonaro e a extinção da educação

O governo Bolsonaro é expressão do caos sistêmico atuante hoje. Ele combina o aprofundamento das políticas neoliberais de espólio e uma guerra civil aberta no campo da cultura. Vale lembrar que o Brasil tem uma característica paradoxal, pois ao mesmo tempo que funciona como a terraplanagem dos interesses da máfia global do capital, é um dos poucos países do mundo que têm

---

<sup>2</sup> RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

um sistema universitário público, gratuito e universal. Para quem está acostumado como um país “ornitorrinco”<sup>3</sup>, não seria de se estranhar que aqui a barbárie não apenas está na civilização, mas elas são sócias de um negócio tão rentável como sangrento. Então, para um país de “quase” fascismo instalado, temos que ter uma forma também precária de liberdade, na qual a liberdade de ensinar é uma “quase” performance do autoritarismo e da violência do poder oligárquico. Tudo pode ser dito, desde que não seja contra o Estado oligárquico e seus capatazes, ou que seja em denegação à ditadura ou à escravidão. Para inventar o passado, Bolsonaro ataca o núcleo duro da produção científica e tecnológica do *maisntream* do mandarinato acadêmico brasileiro com cortes no orçamento insuficiente da educação tecnológica e superior, extinção da autonomia universitária e perseguição ao pensamento humanístico produzido nas universidades e institutos federais.

Como os números não mentem – embora nem sempre falem a verdade –, o governo Bolsonaro contingenciou (que na verdade, atua como a linguagem “técnica” do espólio para dizer o que não pode ser dito: verbas públicas subtraídas do financiamento estatal do sistema universitário público) cerca de 29,74%, ou R\$ 2,08 bilhões de R\$ 6,99 bilhões do orçamento previsto para 2019. Isso significa, na prática, que o orçamento não discricionário mínimo compromete o funcionamento cotidiano das universidades e institutos federais. Os cortes incidem diretamente sobre as verbas de custeio e na conta de capital do orçamento das instituições, o que impede a manutenção básica das mesmas, bem como impossibilita qualquer tipo de ampliação técnica, pois inviabiliza novas obras e aquisição de equipamentos etc. Trata-se de uma asfixia do presente e de um abandono do futuro. Os cortes provocam diretamente o hipersucateamento das universidades e institutos federais, cujo objetivo imediato é o desmonte da estrutura atual de financiamento público e do modelo de gestão universitária

---

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2011.

pautado na relativa autonomia administrativa e financeira. Bolsonaro é preciso aqui no ataque. Pois, óbvio que há uma certa ideologia cômica e patética na sua performance quando, por exemplo, insinua que os currículos universitários em humanidades são dominados pelo espantinho do “marxismo cultural”. São cursos baratos em termos de custos, mas de elevado valor social na formação de uma sociedade que possa refletir e atuar sobre si e seus processos histórico-sociais subjacentes. Mas a ideia básica do governo Bolsonaro é desestruturar o sistema de financiamento público. Como as receitas estão cada vez mais discordantes às despesas permanentes das instituições federais, o governo intenta constituir uma reclamação popular contra às universidades federais, sobretudo. É necessário que se demonstre a superfluidade das universidades em detrimento da educação básica. O problema é que as “mentiras têm pernas longas: elas se antecipam ao tempo”<sup>4</sup>. Como a “mentira” do governo Bolsonaro tornou-se a “verdade” do nosso tempo, talvez seja necessário levar a “mentira absoluta” ao seu extremo. No desejo de destruir as humanidades plebeias, Bolsonaro ataca diretamente o *mainstream* do mandarinato universitário e perde parte significativa do apoio das classes médias educadas que tanto foram importantes na sua eleição. Não é a história, sociologia ou filosofia que mais vão sofrer com os cortes, mas o núcleo duro das ciências duras em agonia hoje: da biomedicina às ciências neurais, da química de alimentos à robótica, da engenharia naval à ciência dos materiais etc. Na conta de investimentos podemos perceber que de um orçamento de 734 milhões, R\$ 395 milhões foram bloqueados, ou seja, 53,83% do total orçado para o exercício financeiro de 2019. É possível perceber aqui que seminários acadêmicos, bolsas de pesquisa e livros – o “capim” das humanidades em qualquer país mais ou menos ilustrado do mundo – nem de perto são o pêndulo da conta dos cortes.

---

<sup>4</sup> ADORNO, Theodore. **Minima moralia**: reflexões a partir da vida lesada. 2008.

Quando a lupa desce à periferia universitária, o que vemos? Ainda mais precariedade e extinção. Em 2019, a UFMA tinha um orçamento não-obrigatório definido na ordem de 57 milhões que, após os cortes, reduziu-se para apenas 30 milhões. Em perspectiva histórica e estritamente comparativa, em 2008 tivemos 58 milhões para custeio e investimentos. Num intervalo de 11 anos, Bolsonaro reduziu 2019 à pó. Temos em 2019 nas contas da UFMA cerca de 51,72% do orçamento executado em 2008, ou seja, apenas 30 milhões dos já insuficientes 57 milhões definidos para o ano corrente. O lulismo turbinou a expansão universitária com o REUNI: saímos em 2009 de 83 milhões para 175 milhões de reais executados na UFMA em 2013. Do ano do “golpe de estado” para cá a sequência foi involutiva: 114 milhões em 2015, 106 milhões em 2016, 84 milhões em 2017. Isto é, Bolsonaro tem como objetivo a extinção do que conhecemos como sistema universitário brasileiro. Mas poderia significar uma tentativa de combater o elitismo universitário. Novamente os dados insistem. A 5ª Pesquisa de Perfil Socioeconômico dos Estudantes das Universidades Federais, divulgada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) demonstra que hoje 26,61% dos alunos matriculados têm renda de até meio salário mínimo, 26,93% de até um salário mínimo, e 16,61% de até um salário mínimo e meio, o que totaliza relevantes 70,2% de toda a população estudantil universitária. Em 2014, data da última amostra, esta população representava cerca de 66,2% do universo de matrículas nas universidades federais. Assim, estamos diante de um ataque aos pobres, da extinção da possibilidade de “rua de mão única” de ascensão social da massa plebeia e despossuída. É por isso que Bolsonaro ataca as universidades e os institutos federais, pois como seu governo eleito com apoio de massas não pode ser um governo popular, suas respostas neoliberais precisam ser repressivas. Não há mediação de uma liderança popular carismática capaz de conter o ódio popular.

É nesse sentido que a sociologia e filosofia – que estão no Brasil muito distantes do marxismo, quando não muito, francamente antimarxistas – tornam-se aqui perigosas e são acionadas como ideologicamente imprescindíveis ao “corpo estranho” que hoje ocupa os bancos universitários. A política é constituída pela circulação dos corpos: “Todas as razões estão reunidas, mas não são as razões que fazem as revoluções, são os corpos. E os corpos estão diante das telas”<sup>5</sup>. Bolsonaro sabe disso. Seu objetivo é impedir que aqueles que não são parte do corpo social apareçam, bloquear que a esperança vá às ruas através dos corpos, que seu fascismo ideológico seja desmascarado pelo que de fato é: uma tela capaz de impedir que toda a lógica oligárquica e do capitalismo de compadrio seja desmontada pelos corpos raivosos nas ruas povoadas. É necessário pensar que a luta pela defesa da educação pública e gratuita significa uma luta mais decisiva pelo pertencimento social, pelo direito à vida, pela indispensável ruptura dos pactos conservadores que formam e deformam o país “ornitorrinco”. Mudar as coisas significa não ter medo de dar um passo adiante quando a história abre uma lacuna de protagonismo da mudança radical. Hoje, a juventude tem tomado para si o protagonismo da luta aberta contra o fascismo e contra o neoliberalismo de compadrio, envolvendo formas “antigas” de luta com um “novo” envolvimento político extraordinário. Nossa tarefa é acrescentar querosene no incêndio em funcionamento: “Quis a contigência que nós fôssemos a última barreira”<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> COMITÊ INVISÍVEL. **Motim e destituição agora**. São Paulo: N-1 edições, 2017.

<sup>6</sup> SAFATLE, Vladimir. **Um dia, esta luta iria ocorrer**. São Paulo: N-1 edições, 2018.